

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.651.681 - DF (2020/0014178-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : CONSTRUTORA ATLANTA LTDA**  
**AGRAVANTE : AGENOR SANTANA REIS JUNIOR**  
**AGRAVANTE : ANTONIO CARLOS PORTO ALMEIDA**  
**AGRAVANTE : FEROLA TORQUATO DA SILVA**  
**ADVOGADOS : ALUÍZIO GERALDO CRAVEIRO RAMOS - GO017874**  
**WILSON PIAZA DA SILVA - GO025150**  
**AGRAVADO : BRB BANCO DE BRASILIA SA**  
**ADVOGADOS : THIAGO BAZÍLIO ROSA D OLIVEIRA - GO019712**  
**BÁRBARA FELIPE PIMPÃO - GO029956**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por FEROLA TORQUATO DA SILVA e OUTROS, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre apresentado por FEROLA TORQUATO DA SILVA e OUTROS, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADA. MÉRITO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. LIQUIDEZ. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE. REVISÃO CONTRATUAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. POSSIBILIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. NÃO CUMULAÇÃO. TARIFAS. PREVISÃO DE CONSULTA AO SITE DO BANCO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MINORAÇÃO. INCABÍVEL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. O indeferimento do pedido de produção de prova pericial contábil não constitui cerceamento de defesa quando o magistrado constatar a presença de elementos suficientes para a resolução da lide, principalmente quando a análise dos autos reside somente no campo documental e de direito. Preliminar rejeitada. 2. Na situação de contratação de mútuo para obtenção de capital de giro da sociedade empresária, a jurisprudência do colendo STJ afasta a incidência do Código de Defesa do Consumidor, porque não está presente a figura do consumidor como destinatário final econômico do produto ou serviço, como definida no artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor. 3. Nos termos do artigo 28 da Lei 10.931/04, a Cédula de Crédito Bancário, acompanhada do quadro demonstrativo do débito ou extrato emitido pela instituição financeira, constitui título executivo extrajudicial. 3.1. A legislação específica não condiciona a liquidez do título à efetiva utilização do crédito. 4. O colendo Superior Tribunal de

Justiça, no julgamento do REsp 1.061.530/RS, em sede de recursos repetitivos, estabeleceu que as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios prevista do Decreto 22.626/33, de modo que a estipulação de incidência de juros remuneratórios superiores ao percentual de 12% ao ano não revela, por si só, a existência de abusividade. 5. Nos termos do artigo 28, §1º da Lei 10.931/04 e do entendimento firmado pelo colendo STJ, é lícita a contratação de juros capitalizados nas cédulas de crédito bancário, desde que expressamente pactuado. Súmula 541/STJ. 6. A Súmula nº 121 do STF (“É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente”), há muito teve sua aplicação afastada do âmbito dos contratos firmados por instituições convencionada financeiras, segundo exceção estabelecida pelo excelso STF no verbete sumular 596. 7. Não há abusividade nem ilegalidade na previsão de cobrança de comissão de permanência nos casos de mora, desde que ajustada livremente e não cumulada com encargos remuneratórios, moratórios e multa contratual. Inteligência do Enunciado de Súmula 294 do STJ. 8. Deve ser observada a declaração de vontade livremente manifestada pelos contratantes, pois não compete ao Judiciário intervir em relação exclusivamente firmada na esfera privada, especialmente diante da ausência de abuso capaz de gerar onerosidade excessiva a qualquer das partes. 8.1. Não havendo provas nos autos quanto à ausência prévia de ciência das tarifas impugnadas, bem como a ausência de prejuízo à parte contratante em realizar o acesso ao sítio eletrônico da instituição financeira para obter informação das tarifas incidentes no contrato, não há que se falar em nulidade da cláusula contratual. 9. Não tendo havido condenação, nem sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, a fixação arbitrá-los fora das dos honorários deve tomar como base o valor da causa, sendo vedado ao magistrado hipóteses excepcionais previstas na Lei, nos moldes do artigo 85, §§2º e 6º do CPC. 9.1. Considerando que o ordenamento jurídico veda a reformatio in pejus, deve ser mantido o valor originariamente arbitrado, uma vez que não houve pedido da parte adversa pela sua majoração. 10. Honorários majorados. Art. 85, §11 do CPC. 11. Recurso conhecido. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada. No mérito, recurso não provido. Sentença mantida (fls. 573/574).

Quanto à **primeira controvérsia**, alega violação do art. 591 do CC, no que concerne à impossibilidade da capitalização mensal de juros estabelecida no contrato firmado entre as partes, o que torna ilegal a execução do mencionado título. Traz os seguintes argumentos:

**Para que o título tenha força executiva é indispensável que seu conteúdo revele uma obrigação certa, líquida e exigível.** Certa quando o título não deixa dúvida quanto à sua existência; líquida quando é determinada a importância da prestação (quantum); e exigível quando o seu pagamento não depende de termo ou condição.

**A execução está calcada em um título que não atende integralmente a tais requisitos, porque o seu inadimplemento decorreu da existência de cobrança de encargos abusivos, a exemplo da capitalização de juros, o que afasta a exigibilidade do instrumento (fl. 597) - negritei.**

[...] em que pese o entendimento em contrário, **a capitalização mensal é proibida pelo nosso Ordenamento Jurídico, mesmo que expressamente pactuada, demonstrando o equívoco perpetrado pelas instâncias inferiores. Neste sentido, o artigo 5º da Medida Provisória é inconstitucional pelo Nobre Juiz, conforme já fizeram os Tribunais de Justiça de vários estados, como o Tribunal de Justiça do Paraná, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região', o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, dentre outros, o que demonstra a divergência jurisprudencial (fl. 599) - negritei.**

[...] faz-se necessário impedir que o banco realize a capitalização dos juros, revisando-se o contrato e impedindo-se tal prática, porque o anatocismo é vedado pelo ordenamento jurídico, ainda que expressamente pactuado (fl. 601).

[...] **a capitalização mensal dos juros onera excessivamente o consumidor, aumentando desproporcionalmente o valor da dívida e ocasionando o desequilíbrio contratual, devendo ser afastada do contrato, o que contraria o entendimento adotado pelo Tribunal a quo, comprovando o equívoco perpetrado, que contraria o art. 591 do Código Civil (fl. 603) - negritei.**

Quanto à **segunda controvérsia**, pela alínea “c” do permissivo constitucional, alega divergência jurisprudencial quanto ao mesmo tema da primeira controvérsia.

Quanto à **terceira controvérsia**, alega “inexistência da mora e da consequente impossibilidade de cobrança de quaisquer encargos de inadimplência” (fl. 603). Traz os seguintes argumentos:

O recorrido configurou a mora do recorrente, pelo inadimplemento contratual, e a partir daí cobrou encargos de inadimplência.

No entanto, exigiu taxas ilegais dos apelantes na evolução dos contratos e, como entende o Superior Tribunal de Justiça, a mora do devedor é descaracterizada quando o caráter abusivo decorrer da cobrança dos chamados encargos do período da normalidade (fl. 603).

Houve a cobrança de encargos ilegais no período da normalidade, como visto acima. Dessa forma, requer-se que o apelado seja impedido de cobrar quaisquer encargos de inadimplência (fl. 604).

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira e à segunda controvérsias**, o acórdão recorrido assim decidiu:

[...] o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 973.827/RS, sob a sistemática dos recursos repetitivos, entendeu que "é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada".

Ademais, a mesma Corte Especial, na apreciação do REsp 1.388.972/SC (tema 953 da lista de recursos repetitivos), entendeu que "A cobrança de juros capitalizados nos contratos de mútuo é permitida quando houver expressa pactuação."

Além dos recursos repetitivos, foram aprovados os enunciados das Súmulas 539 e 541, da colenda Corte Especial de Justiça, do seguinte teor:

539 - É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.

541 - A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

No que tange à invocação do enunciado nº 121 do STF ("É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada"), que tem inspiração no que determina o Decreto 22.626/33 (Lei de Usura), há muito tempo sua aplicação está afastada do âmbito dos contratos firmados por instituições financeiras, segundo exceção estabelecida pela própria Corte Excelsa, no verbete sumular 596, editado em 1976, do seguinte teor:

As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional (fl. 584) – negritei.

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, "não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal" (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

E ainda, quanto à **segunda controvérsia**, no que concerne ao dissídio jurisprudencial, não se revela cognoscível a interposição do apelo nobre com base na alínea "c", do art. 105, inciso III, da Carta Magna, quando a demonstração do dissídio interpretativo se restringe à mera transcrição de ementas, sendo absolutamente indispensável o efetivo cotejo analítico entre o aresto impugnado e os acórdãos paradigmas, declinados ao exame da identidade ou similitude fática entre estes, nos moldes legais e regimentais, mister não desincumbido pelo postulante no caso em apreço.

Na mesma direção, já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça: "É entendimento pacífico do STJ que a parte deve proceder ao cotejo analítico entre os julgados confrontados e transcrever trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas. (AgInt no AREsp n. 945.538/AL, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 20/11/2017).

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt nos EREsp 1.416.320/SE, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 27/2/2019; AgInt nos EAREsp 407.728/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 18/4/2018; AgRg no AREsp 692.989/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/2/2019; AgInt nos EAREsp 313.624/MG, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe 28/9/2018; e AgRg nos EAREsp 1.061.728/PE, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe 15/8/2017.

Ademais, incide, outrossim, o óbice da Súmula n. 284/STF, pois, a despeito de ter sido apontada a alínea "c" do permissivo constitucional, a parte recorrente não indicou expressamente qual o acórdão tido por paradigma dentre os que citou, o que impede eventual análise da divergência de interpretações.

Confiram-se nesse sentido os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.019.207/SC, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de

# *Superior Tribunal de Justiça*

1º/8/2017; AgRg no AREsp n. 545.856/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 19/2/2015; e AgRg no AREsp n. 431.782/MA, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/5/2014.

Quanto à **terceira controvérsia**, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente